



Espacialidades

Revista Eletrônica dos Discentes do
Mestrado em História da UFRN
ISSN: 1984-817X

O Abastecimento de água em Fortaleza - CE (1813 –1867)¹

Emy Falcão Maia Neto²

RESUMO

Entre a aguada e o consumo doméstico havia uma rede que se empregava diretamente no deslocamento da água. Contudo, essa rede não era composta apenas por tubos e conexões, aguadeiros e carregadores de água, além de afileiros e trabalhadores domésticos trabalhavam para movimentar a água e manter o pote sempre cheio. Em Fortaleza, a recorrência dessa presença na escrita de memorialistas e literatos, possibilita pensar num intenso fluxo desses sujeitos pelas ruas da cidade. No entanto, pouco se sabe sobre essas redes e o lugar que esses trabalhadores ocupavam no cotidiano da urbe. Além disso, menos ainda se sabe sobre os meandros dessa atividade – as tensões e as disputas que estavam envolvidas – em Fortaleza. Assim, propõe-se com este trabalho, discutir alguns aspectos dessa rede que era de grande importância para se compreender os significados da água na cidade.

Palavras-chave: Abastecimento de água; Trabalhadores; Cidade.

ABSTRACT

From the fountain to the domestic consumption there is a network that was employed directly in the water displacement. However, this network was not only composed of pipes and fittings. Water carriers and domestic workers worked to move the water. In books of memoir and literature studied, it was observed a recurrence of this presence, a heavy flow of these people through the streets of Fortaleza. Nevertheless, little is known about these networks and the place that these workers occupied in everyday life and about the intricacies of this activity - the tensions and disputes that were involved. Thus, from the study of these writings and local laws and newspapers, the discussion done in this paper about some aspects of this network is of great importance to understand the meanings of water in the city.

Keywords: Water supply, Workers, city.

¹ Artigo recebido em 14 de agosto de 2014 e aprovado em 30 de outubro de 2014.

²Doutorando em História Social – Universidade Federal do Ceará/UFC e bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP.

INTRODUÇÃO

Sempre que abrimos uma torneira e a água jorra abundantemente entramos em contato com uma longa rede técnica e social de abastecimento que ultrapassa o espaço doméstico, atravessa as ruas, percorre o subsolo da cidade e atinge regiões distantes de suas fronteiras. Uma rede feita de canos, reservatórios, hidroelétrica e rios, mas também de histórias sobre as transformações das sensibilidades dos homens e mulheres comuns, incluindo suas noções de limpeza, conforto e satisfação no contato com o líquido. Essa rede sugere a existência de épocas nas quais mal se podia imaginar um cotidiano como o nosso, povoado por milhões de torneiras, abertas e fechadas diariamente (SANT’ANNA, 2007, p. 11).

Quando se fala de abastecimento de água, vêm à mente uma imensa rede de dutos que trazem o líquido de um reservatório distante até as casas. Essa imagem é tão forte que pode afetar e dificultar a sensibilidade para uma história do abastecimento de água em que o líquido não fluía por canos em direção às torneiras. Não é difícil imaginar que com a inauguração do primeiro sistema de distribuição de água por canos de Fortaleza – administrado pela Ceará Water Company – em 1867, as sensibilidades em relação à água mudaram. Mas como isso se dava em um tempo em que essa “rede invisível” – composta por canos, bombas e conexões – não existia? Como compreender os sentidos do abastecimento por canos se não se conhece o que havia antes?

Paulo Henrique Martinez (MARTINEZ, 2007, p. 75), em seu artigo sobre o abastecimento de água em São Paulo, chamou a atenção para o que estava entre o manancial e o consumo doméstico: uma série de práticas – coleta, transporte e distribuição – que são oportunas para a compreensão da ocupação urbana em sua relação com o fornecimento de água. A história do abastecimento não se reduz a dos canos e das bombas. As astúcias envolvendo a água nos ambientes urbanos – em suas “mil maneiras de caça não autorizada” que fazem o cotidiano, conforme escreveu Michel de Certeau (CERTEAU, 1994, p. 38) – são igualmente relevantes. Além disso, o estudo das águas e de seus consumos revela ao historiador diversos sentidos dados ao líquido ao longo do tempo e em relação aos usos (ROCHE, 1984). O acesso à água é uma necessidade vital para os humanos, mas as formas como esses acessos se deram ao longo do tempo e do espaço possuem suas histórias, cada uma com suas especificidades. Assim, a urbe não é apenas o *locus* onde a “ação” acontece, mas é objeto importante para essa trama.

Para contemplar as intenções desse trabalho levou-se em consideração que a ventura da vila/cidade e das águas se interinfluencia(va)m. Isso significa que as mudanças na relação com as águas se relacionavam com o morar, assim como os projetos para a vila/cidade implicavam nas relações com as águas. É pensar que os abastecimentos de água “*se realizam na e por causa da cidade*” (PESAVENTO, 2007, p. 14-15), mas que, também, a vila/cidade se configurava em relação às redes de abastecimento de água – e outros elementos, como transporte urbano, pavimentação, economia dos espaços etc.

O recorte escolhido, apesar de extenso, é oportuno para o problema que se pretendeu elaborar neste artigo. Afinal, para se discutir uma mudança lenta nas sensibilidades em relação à água optou-se por investigar o período compreendido entre a construção do primeiro chafariz de Fortaleza – Chafariz da Prainha – em 1813 e o ano em que entrou em funcionamento o sistema que bombeava água de poços profundos construídos no sítio Bem-fica para chafarizes e algumas residências no centro de Fortaleza – 1867 – assegurado por um monopólio do fornecimento de água potável. Dois elementos significativos para a relação dos moradores da urbe com a água.

Durante as primeiras décadas do século XIX, o abastecimento de água da Vila da Fortaleza³ – também chamada “do Forte” e “do Ceará” – esteve francamente relacionado ao riacho do Pajeú que era utilizado para atender grande parte das demandas por água. Esse uso influenciou a ocupação da região de Fortaleza que se deu de forma linear, partindo do Forte, seguindo a ribeira esquerda do Pajeú em lotes de uso “semi-rural” (CASTRO, 1994, p. 44)⁴. Entre esses moradores residir próximo à aguada era vantajoso e desejado. Não é difícil imaginar que essa proximidade era importante para suprir as necessidades por água, além de levar para longe as águas servidas.

Quando o viajante Henry Koster (KOSTER, 1942, p. 164) esteve em Fortaleza – 1810-1811 – descreveu que a vila era: “edificada sobre terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas, partindo da praça, e mais outra, bem longa, do lado norte desse quadrado, correndo paralelamente, mas sem conexão”. Nos anos que sucederam a visita de Koster, o centro de Fortaleza inicia seu deslocamento da Praça da Igreja de São José para o Largo do Palácio – tomado como sede do governo provincial em 1814. O prédio da administração provincial acaba atraindo as construções de pedra e

³Fortaleza tornar-se cidade – denominada Fortaleza de Nova Bragança – em 1823 por ordem imperial. (SILVA FILHO, 2001, p.19).

⁴Normalmente utiliza-se esquerda e direita olhando no sentido em que o rio corre. Para facilitar o entendimento do leitor – que não é obrigado a saber o sentido –, utilizar-se-á outras indicações.

cal, que passaram a ser erigidas, para a sua proximidade – em direção ao ocidente (leste), se afastando da ribeira do Pajeú⁵.

Quando foi concluído o primeiro chafariz da Vila da Fortaleza – em 1813 a partir de um dos olhos d’água existentes no terreno de propriedade de João da Silva Feijó no lugar a que veio se chamar de Prainha (nas proximidades do porto) – foi disponibilizada à população uma opção de água no lugar da recolhida do Pajeú (NOBRE, 1978, p. 133-136). Contudo, a construção do chafariz não implica em um uso generalizado do mesmo – é difícil asseverar o lugar que essa aguada passou a ter em Fortaleza.

Daniel Roche (ROCHE, 2000, p. 13), escreveu que, se tratado de “cultura material”, a oferta não é sinônimo de consumo, é preciso recolocar os objetos “*redes de abstração e sensibilidade*” da quais eles faziam parte para se compreender esses fatos sociais. O historiador Geraldo Nobre (NOBRE, 1978, p. 133-136) aponta questões ligadas à higiene para defender o uso intensivo dessa aguada no período. Todavia, implicaria em noções de salubridade que não condizem como o que foi encontrado.

Na documentação pesquisada não há elementos que indiquem essas alterações e, conseqüentemente, uma grande utilização dessa aguada. A localização desse chafariz – nas proximidades do porto – aponta que essa construção se relacionava com o abastecimento das embarcações atracadas no ancoradouro, que ampliou sua importância com a “abertura dos portos” – em 1808 – e com as medidas que visavam centralizar as exportações da província na capital Fortaleza.

A urbanista Margarida Julia F. de Salles Andrade (ANDRADE, 2012, p. 66), escreveu que com as melhorias adotadas no desenvolvimento da cultura do algodão e da infraestrutura urbana – no período entre 1810 e 1822 –, os caminhos que articulavam a vila ao comércio regional orientaram a expansão de Fortaleza, convertendo-se nos seus vetores de crescimento. Assim, quando em 1836 foi anunciada a construção de um novo chafariz – no Largo do Palácio – o presidente da província José Martiniano de Alencar – pai do escritor homônimo –, destaca que se tratava de um “chafariz dentro da cidade”⁶. O chafariz foi inaugurado no final do ano seguinte e, diferente do anterior, passou a ser

⁵É preciso ter em consideração que tanto a Praça da Igreja como o Largo do Palácio ocupavam uma área maior que as atuais praças Pedro II e General Tibúrcio, respectivamente.

⁶D’ALENCAR, José Martiniano. *Falla com que o exm.º presidente da provincia do Ceará abriu a segunda sessão ordinaria da assemblea legislativa da mesma provincia no dia 1.º de agosto de 1836*. Fortaleza: Typ. Patriótica, 1836, p.3.

amplamente utilizado pela população – a ponto de tornar-se importante foco de debate político que se desenrolou por alguns anos nas páginas dos periódicos locais.

Para alimentar o chafariz, foi construída uma barragem no riacho Pajeú, ou seja, a aguada “dentro da cidade” era mantida pelas águas represadas do riacho mais utilizado na cidade. Contudo a inauguração do chafariz trás um aspecto novo: pela primeira vez na cidade, a água é deslocada em direção ao “novo” núcleo urbano e não o contrário. Contudo, com a saída de Alencar da presidência da província, a água do chafariz tornou-se suspeita de ser responsável por algumas enfermidades – principalmente febres – que afligiam os moradores de Fortaleza. Assim, uma longa discussão se desenrolou na Assembleia Provincial e nos periódicos da época sobre a qualidade e serventia desse chafariz, que teve como desfecho a destruição da construção pela “grande chuva” que caiu na madrugada de 27 de maio de 1839⁷.

Com isso, o problema retorna. A população da cidade continuou utilizando as águas do Pajeú para algumas demandas, mas, raramente utilizava dessa água para beber, preferindo a do chafariz da Prainha, da Lagoinha, do riacho do Jacarecanga (mais distante do Centro) e da cacimba do povo. Contudo, essas aguadas ficavam distantes do novo núcleo. Para discutir alguns desses aspectos, elaborou-se uma montagem – como exercício de representação cartográfica:



FONTE: HERBSTER, Adolpho. Planta da Cidade da Fortaleza e Soburbios (1875).
Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3APlanta_fortaleza_Hebster.JPG
Montagem: Emy F. Maia Neto – 2014.

⁷O chafariz do largo do palácio era visto para liberais e conservadores como um monumento ao governo de José Martiniano de Alencar. Assim, a manutenção ou destruição do chafariz envolvia questões que ia além da qualidade da água. Cf.: (MAIA NETO, 2014, no prelo).

A planta elaborada por Adolpho Herbster e publicada em 1875 mostra uma cidade entre dois riachos e com ocupação concentrada na ribeira direita do Pajéu. Contudo, as partes escuras – as construções apontadas na Planta – se referem apenas às erigidas de pedra e cal. Havia ainda uma série de outras construções de taipa e palha espalhadas por outros pontos da planta, principalmente próximo às aguadas citadas. Tomando apenas o Centro, é possível perceber que havia uma grande distância das habitações até as aguadas preferidas⁸. Mesmo a “cacimba do povo” que ficava no Outeiro, aparentemente próximo, ficava separada do Centro da cidade pelo riacho do Pajéu.

As plantas são lugares de poder, nelas se estabelecem hierarquias entre os lugares – e seus moradores –, exclusões e silenciamentos. É o olhar da ciência, mas também dos estabelecidos. Na construção das cartas nem tudo o que existia era representado e nem tudo o que era representado existia materialmente. Diferente do que a planta dá a ver, as redondezas da “cacimba do povo” eram densamente habitadas. Existiam em seu entorno casas de palha e taipa que utilizavam a melhor aguada da cidade. Assim, quando se pensa em abastecer Fortaleza, não era toda a cidade, nem mesmo toda a “planta da cidade” – utilizada recorrentemente como delimitador da urbe nas posturas da capital – que os envolvidos no debate estavam pensando, mas na parte da cidade marcada em escuro na planta anterior.

Para abastecer Fortaleza era necessário fazer a água “fluir” na direção desejada. Porém, sem a utilização de redes de canos.⁹ Assim, com o intuito de pensar nessas questões, considera-se oportuno um trecho do romance *A Normalista*:

Lá fora recomeçava a labuta quotidiana. A criada puxava água da cacimba; o cargueiro d’água potável enchia os potes; cegos cantavam, na rua uma lenga-lenga massante, pedindo esmolas numa voz chorada; vendedores ambulantes ofereciam cajus... Havia um ruído matinal de cidade grande que desperta (CAMINHA, 2005, p. 47).

⁸A localização das aguadas não é precisa. Como não há a representação nessa carta, elaborou-se a partir da pesquisa em outros documentos. Além disso, algumas nomenclaturas (como a “cacimba do povo”) foram utilizadas para mais de um manancial. Em outros documentos foram encontradas em localizações similares nomes distintos dados à aguada. Optou-se pelos topônimos mais recorrentes e a localização respaldada por mais de uma citação.

⁹Durante o período recortado, houve diversos projetos que buscavam estabelecer novas redes de abastecimento em Fortaleza. Todavia, não foram postos em prática. Apenas a Ceará Water Company, no final da década de 1860, conseguiu deslocar a água por meio de canos novamente.

Para construir o “*ruído matinal de cidade grande que desperta*”, Adolfo Caminha elenca os sons produzidos por dois gestos ligados à preocupação diária com o abastecimento: puxar água na cacimba e encher os potes com a água trazida pelos aguadeiros. Além disso, estão presentes na citação dois trabalhadores ligados ao abastecimento – a criada e o vendedor de água. Há ainda a indicação que uma mesma casa podia dispor de água de diferentes procedências¹⁰.

Não é difícil imaginar que para tomar banhos, lavar roupas, cozinhar e todas as outras necessidades diárias fazia-se necessário dispor de água em grande quantidade. Assim, muitas dessas atividades eram desenvolvidas na própria aguada. Não era a água que se deslocava, mas as pessoas se deslocavam aos mananciais. Nesse sentido, não é de se estranhar a forte presença de lavadeiras e banhistas nos riachos, açudes e lagoas. Para outras atividades, com suprir a cozinha, uma cacimba no quintal era oportuna.

Em anúncios de venda ou aluguel de casas, durante a década de 1840, encontraram-se indicações de imóveis com cacimba – algumas até precedidas ou sucedidas pelo adjetivo “boa”¹¹. No entanto, é necessário pensar a quem se destinavam os anúncios – e as casas. Durante o período estudado, poucos tinham acesso à leitura. Segundo o recenseamento de 1872, entre uma população total de 21372 pessoas, apenas 4447 sabiam ler¹². Existiam outras formas de acesso aos escritos, como as leituras coletivas, contudo, não se acredita relevante nesse caso. Além disso, a localização – Rua Amélia e Formosa, na maioria – e os materiais utilizados – tijolo e telha, diferente da taipa e/ou palha da maioria das habitações – indicam que essas casas eram caras e se destinavam a pessoas que podiam pagar mais¹³.

Nas décadas seguintes suprime-se a indicação das cacimbas nos anúncios de casas postas à venda ou a alugar.¹⁴ Porém, conforme outros documentos pesquisados, essas construções continuaram a ser encontrada nos quintais.

No romance *A Afilhada* há a indicação de uma cacimba no quintal da casa:

¹⁰Atualmente existem casas e edifícios que possuem ligação à rede de abastecimento de água, mas mantêm cacimba e poços – muitas desses como monumentos de períodos de escassez.

¹¹Foi pesquisado [O] *Cearense* de 1846 a 1870.

¹²Dado a desconfiança de muitos em relação aos recenseamentos, é possível que esses números sejam ainda maiores.

¹³Cf.: BRASIL / DGE. *Recenseamento do Brasil – Ceará*. 1872, p. 1-3; VITAL, Olympio Manoel dos Santos (Org.). *Arrolamento da população da cidade de Fortaleza*. Localização: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Secretaria de polícia, nº 355, arrolamentos, 1887.

¹⁴Voltando a aparecer nos anúncios da década de 1880, possivelmente relacionado aos traumas da “Seca de 1877-1879”.

Diferencia-se na areia a faixa irregular do caminho da cacimba, pepinado e socado, e luzem os braços negros da Honorata puxando água, ao ganir moroso do carretel (PAIVA, 1993, p. 241).

Adolfo Caminha e Manuel de Oliveira Paiva, revelam rastros de gestos e sensibilidades que existiam no âmbito doméstico, difíceis de encontrar em documentos oficiais. Os romancistas buscaram dar a ler esses elementos. Ora, eles eram significativos da “paisagem urbana” que se buscava construir. A presença da cacimba com a água puxada pelas criadas – escravas (em *A Afilhada*) e livres/agregadas (em *A Normalista*) – era importante para a Fortaleza presente nos romances. Além disso, as narrativas se passam em períodos diferentes – *A Afilhada* se desenrola presumidamente no final da década de 1860 (antes da lei do ventre-livre e no período de instalação dos canos de abastecimento de água) e *A Normalista* nos últimos anos da década de 1880 e primeiros da de 1890 –, assim a presença da escravidão no primeiro é marcante, enquanto no segundo, é a presença dos agregados que marca o trabalho doméstico.

Além disso, no livro de Manuel de Oliveira Paiva os principais acontecimentos domésticos se passam em um sobrado pertencente ao desembargador, enquanto no de Adolfo Caminha se passam em uma casa “*de porta e janela, cor d’açafreão com a frente encardida pela fuligem das locomotivas*” pertencente ao amanuense João da Mata. Contudo, tratavam-se de casas de tijolos e telhas, uma minoria das construções existentes na cidade. Construir uma cacimba custava caro e poucos podiam pagar – por conta do solo arenoso da cidade, era imprescindível o forro interno para evitar desmoronamento e assoreamento.¹⁵

No decorrer do século XIX, os materiais de construção foram se tornando mais comuns, em contrapartida, as Posturas Municipais passaram a regular com mais rigidez essas construções. Todavia, além das cacimbas particulares, existiam as compartilhadas por vizinhos – construídas nas interseções dos terrenos – e as cacimbas de serventia pública, como a cacimba do povo. Os documentos existentes descrevem essas aguadas como locais marcados pelas brigas e falta de asseio. Em 1838, o presidente da província Manoel Felizardo de Souza e Melo assim descrevia as aguadas da cidade:

¹⁵Sobre o material utilizado nas construções, *cf.*: (CASTRO, 1994, p. 66).

Huma das primeiras necessidades da espécie humana he a de agoas potaveis, e ate março do corrente anno [1838] estava a Cidade muito mal provida deste gênero. Existiao pequenos poços forrados de barris, que havião servido de deposito de vinhos, ou azeitonas, e d’elle todos os habitantes se servião: só vendo-se se poderá fazer idea da falta de acceio que em tais poços havia. Além de serem abertos, e nelles lavarem de noite differentes pessoas, os pretos exaurião por meio de cuias já rotas a agoa, que escorrendo pelos pés, hia ter no deposito d’onde de novo era levada aos potes (CASTRO, 1994, p. 66).

Normalmente utilizados como similares, as Falas de Abertura e os Relatórios dos Presidentes eram documentos que tinham desígnios distintos. Os Relatórios normalmente eram destinados pelos presidentes provinciais ao seu sucessor ou à Assembleia Provincial e tinham a intenção de prestar contas das atividades desenvolvidas. Já as Falas ou Discurso eram proferidos na ocasião da abertura das atividades do legislativo. Nelas o presidente prestava contas das atividades realizadas durante a sua administração e apresentava algumas demandas aos trabalhos dos legisladores. Assim, é comum a apresentação de problemas e as soluções dadas ou possíveis – com alguma verba extra – ou as justificativas pela não realização.

Nesse sentido, essas intenções são importantes, pois colocam o texto dentro do diálogo do qual ele fazia parte. Nas páginas seguintes, o presidente Manoel Felizardo de Souza e Melo dá a solução encontrada para o problema das aguadas: a reforma que sob sua gestão se empreendeu no “chafariz da Praia” e na “cacimba do povo”, com o emprego de uma bomba e uma tina de metal, no primeiro, e com a contratação de um zelador para o segundo. Além disso, solicita recursos para comprar uma bomba para a cacimba do povo. Assim, a descrição está atrelada a intenção de sensibilizar os legisladores sobre a questão da água.

Na Fala é possível perceber ainda uma descrição dessas aguadas, construídas com barris reaproveitados e com a abertura na altura do solo, o que permitia que a água escorresse de volta ao manancial. Além disso, aponta a “falta de asseio” e os frequentadores desses locais – “os pretos”.

Em 1848, dez anos depois, o médico Liberato de Castro Carreira publicou em sua “crônica médica” no jornal *O Cearense*, descrição semelhante:

Não posso deixar de chamar a atenção das auctoridades competentes sobre as cacimbas donde se tira agoa para o consumo da cidade as quaes actualmente não são mais do que huns buracos abertos em huma baixa que pelo hynverno se converte em pântano. A agoa que verte da pútrida lama no primeiro dia é insuportável pelo máo cheiro e péssimo gosto de pau ou lama que tem, sabor que só perde passados dois ou três dias que é o tempo que levão as matérias animaes e vegetaes contidas na agoa a depositar-se. É de observar que ainda assim não fica a agoa boa e salubre com quanto se torne potável. Se ao menos essas desgraçadas cacimbas tivessem guarnições que obtassem a introdução da lama e da porcaria de todo o gênero que nellas fazem os negros, e a caniçalha que ali vai haurir agoa, ainda não fora tamanha a nossa desdita a respeito de um dos artigos de 1.^a necessidade, e tão essencial a saúde: chamo pois a atenção de quem direito for sobre este objeto que é dos mais importantes para a saúde publica.¹⁶

Em notas publicadas nos periódicos locais era recorrente a demanda por uma maior fiscalização da água, que normalmente estava atrelada a práticas desviantes. Nesse sentido, o lugar que Castro Carreira ocupava na cidade diz muito. Segundo Carla Silvino de Oliveira (OLIVEIRA, 2007, p. 15), a atuação do médico Liberato Castro Careira – assim como a do seu primo e colega de profissão José Lourenço de Castro e Silva – inaugura a autoridade da “ação médica baseada nas influências da medicina social” que buscava repensar “as práticas do cotidiano diante da doença e da cidade insalubre”. Assim, sua crônica tem como efeito almejado exigir – garantido pelo seu saber/poder – intervenções sobre os espaços e práticas. Suas críticas não se destinavam a uma aguada específica, mas a várias. Ou melhor, as reclamações objetivavam mudar as práticas tanto de construir cacimbas dessa forma como os gestos de coletar a água nelas. Não é impossível imaginar que essas crônicas exerciam um grande efeito entre os letrados da cidade.

Outra fonte que trás alguns elementos sobre o cotidiano nas aguadas é o *Regulamento dos empregados da câmara municipal da capital* (1861) que estabelecia as atribuições dos funcionários, entre elas as dos zeladores das aguadas. Eis um trecho:

Art. 10. Aos zeladores das aguadas cumpre:
§ 1. Assistir nos lugares das aguadas, desde às cinco horas até às nove da manhã, e das quatro da tarde ás nove da noite, impedindo que se faça nellas damno e porcaria. § 2. Evitar que hajão rixas e disputas

¹⁶ CARREIRA, Liberato de Castro. *Chronica Medica. O Cearense*, 24 Fev. 1848, p. 3.

entre as pessoas que forem buscar água, por quererem preferencia, dando-a a quem primeiro chegar, e designando entre as que chegarem ao mesmo tempo, quem primeiro deva aviar-se. § 3. Dispersar as reuniões de escravos que se demorarem em discussões e conversas, fazendo prender e levar a seus senhores os que desobedecerem, e recolherá policia os que os insultarem. § 4. Reclamar da camara, ou do presidente durante os intervallos das sessões, as providencias de que as mesmas aguadas carecerem, e denunciar o damno que qualquer pessoa tenha feito. § 5. Cumprir as ordens da camara, do presidente, dos fiscaes, e do vereador especialmente encarregado da inspecção do bairro em que as aguadas se acharem¹⁷.

Nas atribuições dos zeladores é possível observar aspectos do dia-a-dia das aguadas. Os artigos dão uma ideia do horário de funcionamento ou/e de maior movimento nas aguadas – que deveria ser o mesmo da jornada dos zeladores –, da existência de conflitos pela primazia em servir-se da água e da permanência de um grande número de escravos nesses locais. Relacionando o Regulamento com os outros dois trechos citados, vê-se que a recorrência da presença de negros – não necessariamente escravos – nas aguadas se manteve.

Sobre isso é importante ler com um pouco mais de atenção as intenções presentes nos parágrafos 2º e 3º. O 2º parágrafo visa manter a sequência de chegada como critério para a ordem de usufruto, ou seja, ninguém – no desejo de ser logo atendido – poderia passar na frente dos outros – o que provavelmente acontecia, daí o conflito. O parágrafo visava normatizar os que tinham pressa, ou seja, os que queriam sair logo daquele lugar. Já o 3º, visava justamente o contrário: evitar que as algumas pessoas – escravas – se aglomerassem no local.

Segundo Eurípedes Funes (FUNES, 2002, p. 115), a atividade de alugar escravos para ganhos nas cidades era importante na composição da renda dos proprietários, mas também possibilitava aos escravos espaços para sociabilidades mais perceptíveis, como os encontros nas cacimbas. É possível que incumbidos de buscar água ou alugados para o mesmo fim, os escravos se demorassem nas aguadas públicas conversando ou discutindo. Resistência conquistada – às vezes refrescante, a revelia dos olhares normatizadores – em meio a jornadas extenuantes de trabalho físico.

¹⁷Ceará. Lei n. 1013 de 6 de Outubro de 1861. In.: OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. Ed. Fac-similada. Fortaleza, INESP, 2009, p. 653-654.

Além disso, é preciso lembrar que os moradores da cidade não eram divididos apenas entre escravos e proprietários de escravos. Havia outros homens e mulheres que precisavam de água, mas não podiam (ou queriam) ir buscar eles mesmos. Assim como existiam pessoas livres dispostas a se alugar para transportar água em troca de um pagamento: chamados de aguadeiros.

No final da década de 1950, quando aos 62 anos de idade Herman Lima (LIMA, 1997, p. 48) publicou o primeiro volume de suas memórias¹⁸, as mudanças na cidade – sob a égide do progresso – eram sentidas e significativas. Sobre essa sensação escreveu:

A cidade hoje, com os seus trezentos mil habitantes, já não conta mais com os deliciosos sinetes locais da falta de progresso de então, como os seus quiosques para a venda de café, refrescos de pega-pinto e caldo de cana; os seus jumentinhos bíblicos carregando ancoretas d'água para as casas de família; até mesmo os seus cata-ventos de metal branco girando no alto dos quintais, de que há tão raros atualmente, com a água canalizada do Acarape (LIMA, 1997, p. 48).

As *Imagens do Ceará* – título do livro – que o autor buscava construir eram da cidade em que passou a infância e que ameaçava sumir. Dois elementos presentes no trecho acima são importantes para o debate que se pretende empreender: os jumentinhos dos aguadeiros e os cata-ventos, raros devido à água canalizada, ambos empregados em suprir a casa de água. O primeiro, trazendo água de mananciais ao domicílio e o segundo, das cacimbas e poços às caixas de água. O primeiro atrela-se a barris, potes, cuias e outros, o segundo, a torneiras e canos. Contudo, é preciso deixar claro que todos esses elementos estão relacionados e coexistiram em Fortaleza. Afinal, o abastecimento não se deu de forma homogênea para toda a cidade. Mesmo durante o período em que funcionou a Ceará Water Company¹⁹ e ainda depois, os aguadeiros continuaram vendendo água em suas carroças puxadas por burros. Mas quais os significados dessas práticas?

Não há apenas uma resposta, mas entre possíveis, não se ignora que existiam diferenças na qualidade das águas obtidas em mananciais distintos. Apesar de ser difícil apontar essas origens e os valores a elas atribuídos faz-se oportuno considerar que havia uma hierarquia – coletiva, mas também, é possível supor, subjetiva – entre as águas. Era

¹⁸Nesta pesquisa utilizou-se a segunda edição de 1997, contudo a primeira foi publicada em 1959.

¹⁹Também chamada de Companhia de Água do Bem-fica ou North Brazil Water Company.

comum entre as pessoas que podiam e queria pagar comprar a água de determinado aguadeiro pela fonte de procedência do líquido. Guilherme de Capanema (CAPANEMA, 2006, p. 159), membro da Comissão Científica de Exploração, cita que no Ceará as águas de diferentes épocas eram tratadas como “artigo de luxo”²⁰. Assim, algumas casas, mesmo dotadas de cacimba, adquiriam a água vendida pelos aguadeiros para consumo humano.

Além da obrigatoriedade de uma licença anual que custava três mil réis para cada carroça empregada na venda de água em 1852²¹ não se encontrou – até o início do comércio realizado pela Ceará Water Company (que passou a deter o monopólio da exploração e ser responsável pela venda) – outra legislação municipal sobre o comércio de água. Assim, é difícil apontar mais elementos dessa atividade no período anterior a Companhia.

O contrato celebrado entre o governo provincial e o empresário José Paulino Hoonahzt em 1862, previa, além da exclusividade na venda da água, que a empresa fosse obrigada a vender água em carroças por toda a cidade – pelo dobro do preço cobrado nos chafarizes (respectivamente 40 e 20 réis o caneco de 20 litros)²². O monopólio foi efetivado no final de 1868 com a publicação de uma postura adicional restringindo a venda de água à Companhia²³. A partir do estabelecimento do privilégio, e das tensões dele decorrentes, as documentações sobre essa prática – e comparações com o serviço anterior – tornaram-se mais fartas. Assim, é possível acompanhar nas páginas dos periódicos alguns detalhes desse comércio.

Com o fim da concorrência, o modo de realização do serviço oferecido parece ter mudado. Não se tratava mais de escolher ou evitar a água fornecida por um determinado aguadeiro, todos vendiam – a priori – a oriunda do mesmo local: poços do Benfica! No jornal *Cearense*, Pedro Hyppolito Girard (proprietário do Hotel de France) publicou uma reclamação:

²⁰ Texto original de 1878 pesquisado em edição organizada em 2006.

²¹ Lei n. 604 de 5 de Novembro de 1852. OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. Ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009, p. 329.

²² CEARÁ. Resolução nº 1032 – de 21 de setembro de 1862. In.: _____. *Collecção de leis da provincia do Ceará*. Fortaleza: Typographia Cearense, 1863, p. 43. BPGMP / Setor de microfilmes.

²³ CEARÁ. Resolução n 1936 de 22 de dezembro de 1868. In.: _____. *Collecção das leis da provincia do Ceará de 1868*. Fortaleza: Typ. Cearense, 1869, p. 23. BPGMP / Setor de microfilmes.

Consumindo eu em meu estabelecimento, hotel de France, água do Bemfica, e como esta em certo tempo fosse de péssima qualidade, tive de queixar-me ao Sr. J. Foster, agente da companhia; mas este Sr. em vez de tomar medidas para melhorar o serviço da condução d'água em carroças, insultou-me era minha própria casa, e agora leva sua audácia a ponto de proibir aos carroceiros d'água que não m'a vendam! Assim pois n'estas condições eu peço ao poder competente que dê suas providencias no sentido de ser-me fornecida água pela companhia— Bemfica,— visto como não tenho outro recurso, e ser a isto obrigada a referida companhia que se impoz a fornecer agiu potável a população d'esta cidade. Eu e pessoas de minha casa tem chamado os carroceiros d'água para fornecerm'a, e estes declaram francamente que tem ordem para não vendere-me! Essa ordem só pôde vir do Sr. Foster, que é aqui o agente da companhia. No caso de ser-me negada absolutamente a venda d'água do Bemfica, eu protestarei contra essa violência e irei procurar água n'outra qualquer parte sem tambem importar-me com esse privilegio concedido a companhia Bemfica, pois não devo morrer á cede com minha familia, nem feichar as portas de meu estabelecimento por falta d'água potável.²⁴

Segundo Marcel Roncayolo (RONCAYOLO, 1999, p. 98), nesse período a introdução de “novidades específicas da idade industrial” – na qual se incluem ainda o fornecimento de iluminação artificial – era comum, desejada pelas municipalidades e obtida a partir de uma ampla negociação envolvendo o governo e as companhias, construção de “redes”, concessões e privilégios. O contrato estabelecido pela província – aprovado pela Assembleia Provincial e sancionando pelo presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior – com o empresário José Paulino Hoonholtz em 1862 colocava o abastecimento da capital em uma situação perigosa. Possibilitando a Companhia de Água um amplo espaço de manobra para fazer valer os seus interesses.

Ainda em 1868, as reclamações do serviço prestado pela companhia continuavam. Em julho desse ano é publicado no jornal *Cearense*:

Os moradores da praça do Patrocínio, e todos os outros, onde não há calçamento, circunvisinhos a esta capital, desde que se prohibio a venda d'água potável pelas carroças que o faziam, estão expostos a morrerem à sede, visto como as carroças da companhia Bemfica, não vão vender água a ditos lugares, e nós, porque tambem bebemos, rogamos ao gerente da mesma companhia se digne dar suas ordens no sentido de, as referidas carroças, passarem por esses lugares a vender água, pois não podemos estar, comprehendidos, e menos comnosco se

²⁴ Publicações solicitadas: Água Potável, Cearense, 8 Jul. 1868, p. 3.

pode entender a celebre adivinhação que diz: Garça parda com o bico n'água, morrendo á sede. Esperamos ser attendidos.²⁵

Além dos moradores das circunvizinhanças da Praça do Patrocínio, os moradores da Rua do Quartel²⁶ e da Rua do Chafariz²⁷ publicaram reclamações parecidas sobre o não fornecimento de água – em periódicos diferentes. Com o estabelecimento da Companhia a geografia da água muda. Os chafarizes da CWC não acompanharam a localização das antigas aguadas – que se encontravam nas “areias”. Foram instalados nas praças da Municipalidade, do Garrote, da Carolina e do Patrocínio – atualmente, do Ferreira, Parque da Liberdade (da Criança), Waldemar Falcão (dos Correios) e José de Alencar, respectivamente.²⁸ Depois a praça do Patrocínio foi preterida em favor da Praça da Misericórdia – dos Mártires.

Dada às novas distâncias, as regiões que costumavam ficar próximas às aguadas ficaram à mercê do abastecimento realizados pelos diminutos aguadeiros da Companhia. Essas divergências entre a população e a Companhia estavam ligadas às antigas ofertas de água. Na comparação do “novo” com o “velho” é possível ter uma ideia de como o serviço se dava antes da companhia. A oferta era maior – diversos aguadeiros deveriam passar pela mesma rua – e as visitas eram diárias, possibilitando ao consumidor uma maior margem de negociação e um suprimento periódico.

Além disso, outros elementos como a reclamação da falta de venda a prazo – “fiado” – indicam que “no tempo dos aguadeiros” era possível pagar o consumo de um período de uma única vez. O responsável pela Companhia – John J. Foster – tratou de não deixar dúvida em relação às novas regras: “*lhe tiver deitado os canecos d’agua que precisa, haja de puxar os cobres*”.²⁹

²⁵ Publicações Sollicitadas: Nós também bebemos. *Cearense*, 10 Jul. 1868, p. 3.

²⁶ “Água do Bemfica / D’este manancial não goso eu, e mais habitantes d’esta rua do Quartel.” Publicações Sollicitadas: águas do Bemfica. *Cearense*, 25 Nov. 1868, p. 4.

²⁷ “Pergunta-se ao Illm. Sr. gerente da Companhia Bemfica qual a razão porque os moradores da rua do Chafariz deixão de ter água comprada desta Companhia. A Illm. Câmara prohibio aos particulares a venda d’agua, porque? Porque há uma companhia d’agua para abastecer a cidade. Naquella malfadada rua desde o dia 17 do corrente [mês] não aparece a tal carroça com agua, se os conductores não sabem cumprir com suas obrigações, os despeção, e empreguem pessoa que saibão cumpril-as, visto que a agua é um dos alimentos bem necessário a humanidade.” À Pedidos. *Pedro II*, 22 Out. 1868, p. 3-4.

²⁸ PEREIRA, Lafayette Rodrigues. *Relatório Apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo Excellentíssimo Senhor Dr. Lafayette Rodrigues Pereira por Ocasião da Instalação da Mesma Assembléa No 1º De Outubro De 1864*. Fortaleza: Typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864, p. 38.

²⁹ O texto é a resposta a uma solicitação publicada no Pedro II. Contudo, a melhor edição disponível está mutilada. Publicações Sollicitadas: Resposta. *Cearense*, 23 de Out. 1868, p.3.

Os moleques e as crioulas agrupavam-se em torno ao liso cacimbão de pedra lioz, no meio da área, e enchiam os potes e canecões no chafariz da *Water Company*, um quiosque de ferro, miudinho e bem acabado (PAIVA, 1993, p. 183).

Quando Manuel de Oliveira Paiva, em 1889, descreveu no romance *A Afilhada*, a cena acima no chafariz da Praça da Feira Nova – atual, do Ferreira – trouxe aspectos de um tempo em que a relação com água estava mudando, mas nem tanto. A “ordem” e o “asseio” parecem estabelecidos. As cacimbas das falas, crônicas médicas e dos regulamentos e o Chafariz da Water Company de Manuel de Oliveira Paiva mostram os mesmos (ou quase) frequentadores. A presença de negros e mestiços – escravos e libertos – nos locais de coleta de água em Fortaleza foi marcante, principalmente de mulheres, jovens, crianças e velhos.

Com o fechamento das aguadas públicas em 1867, os mais pobres passaram a ter que pagar pelo que normalmente conseguiam de graça. A instalação da companhia não pode ser vista apenas sob a égide do progresso, tem-se que levar em consideração as mudanças que essa obrigatoriedade acarretou na cidade. Acredita-se que os mais pobres se serviam dos mananciais próximos, indo ou mandando os filhos buscarem água. É possível que tenha havido conflitos, reclamações e lamentos – encontrou-se apenas uma nota de jornal lastimando o monopólio. Contudo, não é possível esquecer que o abastecimento mudou a relação das pessoas com os espaços na cidade. A água do Benfica foi um incentivo derradeiro ao abandono do riacho Pajeú e outras aguadas de Fortaleza. Mais tarde, com os efeitos do estio de 1877 as velhas aguadas se tornaram oportunas, mas o abandono cobrou seu preço. Abandono que faz pensar no “poluir para se apropriar” de que escreveu Michel Serres (2011, *passim*).³⁰ Porém, isso já seria tema para outro artigo.

³⁰Michel Serres, apresenta uma série de meios – duros e macios – por quais os homens e os outros animais se utilizam do “sujar” para tomar – e garantir a – posse dos espaços.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. *Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). – Programa de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, 2012.

CAMINHA, Adolfo. *A Normalista* [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005.

CAPANEMA, Guilherme S. de. Apontamento sobre secas do Ceará [1878]. In.: _____. *Estudos Sobre Seca*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

CASTRO, José Liberal. Contribuição de Adolpho Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, vol. 108, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FUNES, Eurípedes Antônio Funes. Negros no Ceará. In.: SOUSA, Simone (org.). *Uma nova história do Ceará*. 2. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil – Travels in Brazil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LIMA, Herman. *Imagens do Ceará* [1959]. 2ª ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1997.

MAIA NETO, Emy F. “Tanta chuva e nenhum legume”: Alagamentos, política e imprensa em Fortaleza. (1839-1876). *Revista do Arquivo Geral do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: no prelo, 2014.

MARTINEZ, Paulo Henrique. O abastecimento de água: vida cotidiana e desigualdade social. In.: _____. (org.) *História ambiental paulista: Temas, Fontes, Métodos*. São Paulo: SENAC, 2007.

NOBRE, Geraldo S. *João da Silva Feijó: Um Naturalista no Ceará*. Fortaleza: GRECEL, 1978.

OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.). *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. Ed. Facsimilada. Fortaleza: INESP, 2009.

OLIVEIRA, Carla Silvino de. *Cidade (in)salubre: ideias e práticas médicas em Fortaleza (1838-1853)*. Dissertação (Mestrado em História). – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

PAIVA, Manuel de Oliveira. A Afilhada [1989]. In.: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993.

PESAVENTO, Sandra. Cidades Visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 27, nº 53, junho de 2007.

ROCHE, Daniel. *História das Coisas Banais: nascimento do consumo séc. XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. Le temps de l'eau rare du Moyen Âge à l'époque moderne. In: *Annales Économies, Sociétés, Civilisations*. 39e année, N. 2, 1984, p. 383-399.

RONCAYOLO, Marcel. Transfigurações Noturnas da cidade: o império das luzes artificiais. *Projeto História*, São Paulo, vol. 18, mai. 1999.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Ed. Senac, 2007.

SERRES, Michel. *O mal limpo: poluir para se apropriar?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza Imagens da Cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2001.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.